

HABEAS CORPUS Nº 549.076 - RJ (2019/0358774-5)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MARIANGELA BENEDETTO GIUSTI - RJ165552
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : GEOVANI VIANA GOMES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **GEOVANI VIANA GOMES**, contra v. acórdão do eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro** no **Agravo em execução n. 0180253-14.2019.8.19.0001**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo das execuções deferiu o pleito do paciente de progressão ao regime aberto com prisão domiciliar (fls. 24-26).

Por sua vez, o Ministério Público Estadual interpôs agravo em execução perante o eg. Tribunal de origem, que deu provimento ao recurso, nos termos do v. acórdão de fls. 84-90 assim ementado:

"AGRAVO EM EXECUÇÃO. PRISÃO ALBERGUE DOMICILIAR. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO PRÉVIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. IMPRESCINDIBILIDADE. NULIDADE CONFIGURADA.

Insurge-se o MP contra a decisão do Juiz da VEP, mantida em Juízo de retratação, que deferiu pleito defensivo concedendo PAD sem a prévia oitiva do MP. Desrespeito à função fiscalizadora do órgão ministerial.

Ofensa ao disposto no art. 67 da LEP. Pleito ministerial para que seja cassada a decisão agravada, a fim de que seja assegurada ao órgão ministerial a vista e intimação pessoal para prévia manifestação sobre o referido benefício. Subsidiariamente, objetiva o indeferimento do decisum por ausência de lastro probatório mínimo, qual seja, o comprovante de residência. Agravado que cumpre pena pela prática de crime de tráfico e associação para o tráfico. Progressão para o regime

aberto deferida em 15/05/2019. COM RAZÃO O MINISTÉRIO PÚBLICO: Impende consignar que a vista pessoal constitui prerrogativa dos membros do MP, prevista no art. 41, IV da Lei 8.625/93 e no art. 236, § 2º do CPC. Além disso, não se pode admitir o deferimento do referido benefício sem o prévio pronunciamento do Ministério Público, cuja presença é obrigatória, em virtude de lei, em todos os atos referentes à execução da pena e seus incidentes.

Inteligência do art. 67, da LEP. Imprescindibilidade de manifestação do MP em sede de Execução Penal. Precedentes. Por fim, inexistente qualquer documento idôneo para comprovação de que o apenado possui domicílio fixo. Prequestionamento prejudicado, eis que provido o recurso. A decisão apresenta claro error in procedendo .

Nulificação do decisum que se declara. PROVIMENTO DO RECURSO MINISTERIAL para CASSAR a decisão agravada, devendo outra ser proferida com a prévia e indispensável manifestação do MP."

No presente **writ**, a impetrante alega que "*concorda com a autoridade coatora no que tange a imprescindibilidade da manifestação ministerial antes do deferimento de benefício da execução penal, preservando sua função precípua de órgão incumbido de defender a ordem jurídica*" (fl. 6).

Assere que "*o órgão ministerial foi efetivamente intimado pessoalmente do pleito defensivo e, na oportunidade manifestou-se através de simples cota, ipisi litteris: 'Seq. 14.2: Requer o Ministério Público juntada de documentação idônea para análise do requerimento de progressão ao regime aberto, na modalidade prisão albergue domiciliar' "* (fl. 6).

Aduz que "*não há que se falar em nulidade da decisão agravada, uma vez que, repita-se, foi devidamente oportunizado o prévio pronunciamento do membro do Ministério Público a respeito do pedido da progressão de regime*" (fl. 7).

Ressalta que "*não há razão, portanto, para ter sido cassada a decisão do juízo da Vara de Execuções Penais. Trata-se de medida que vem sendo adotada em prol do Apenado, que, face a superlotação carcerária e a falta de perspectiva na alteração desta situação fática, não pode deixar de*

gozar do regime aberto após o preenchimento dos requisitos para tanto" (fl. 9).

Requer, ao final, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, *"para que o paciente cumpra pena no regime aberto em prisão albergue domiciliar" (fl. 11).*

É o relatório.

Decido.

A análise do pleito excede os limites cognitivos do pedido liminar, pois demanda incursão no mérito do **writ** e possuiu natureza satisfativa, devendo ser realizada em momento oportuno, após a verificação mais detalhada dos dados constantes do processo.

O exame perfunctório, portanto, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não se configurando, **de plano**, flagrante ilegalidade a ensejar a concessão da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao d. Juízo de 1º grau e ao eg. Tribunal **a quo**.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator